

EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: CURRÍCULO, TERRITÓRIOS EDUCATIVOS E INTERSETORIALIDADE NA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

*FULL-TIME COMPREHENSIVE EDUCATION: CURRICULUM,
EDUCATIONAL TERRITORIES, AND INTERSECTORALITY IN
HOLISTIC HUMAN DEVELOPMENT*

Táise Adriana Rodrigues do Nascimento¹

Professora da Rede Municipal de Ensino de Ijuí/RS, Brasil

Viviane da Silva Dias Ceratti²

Professora da Rede Municipal de Ensino de Ijuí/RS, Brasil

Resumo: O presente artigo aborda os fundamentos da Educação Integral em Tempo Integral, compreendida como uma proposta voltada à formação humana em suas múltiplas dimensões — cognitiva, social, emocional, física, cultural, ética e estética. Fundamentada na BNCC e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, essa concepção ultrapassa a simples ampliação da jornada escolar, defendendo a resignificação do currículo, dos tempos e dos espaços educativos. Destaca a importância de articular os conhecimentos escolares às experiências dos estudantes e aos territórios onde vivem, reconhecendo a comunidade, os equipamentos públicos e os diferentes espaços sociais como ambientes de aprendizagem. O texto enfatiza a necessidade de currículos integrados, práticas pedagógicas significativas, intersectorialidade entre políticas públicas e participação

- 1 Assessoria Pedagógica Secretaria Municipal de Educação de Ijuí/RS. Graduação em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR. Pós-graduação: Psicopedagogia Institucional pela Faculdade de Educação São Luiz.
- 2 Assessoria Pedagógica Secretaria Municipal de Educação de Ijuí/RS. Mestre em Educação Física pela UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul/ UNESP - Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho"/ Especialista em Atendimento Educacional Especializado AEE pela Universidade Tuiuti do Paraná - UTP. Especialista em Coordenação Pedagógica e Escolar pela Faculdade FOCUS. Licenciada e Bacharel em Educação Física pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Possui Capacitação em Atendimento Educacional Especializado AEE com ênfase em Deficiência Intelectual pela Universidade Tuiuti do Paraná - UTP.

ativa dos estudantes na construção do processo educativo. Também ressalta a indissociabilidade entre Educação Integral e Educação Inclusiva, a valorização das diferentes infâncias, das manifestações culturais e artísticas e do fortalecimento dos vínculos comunitários. Conclui que o grande desafio é construir uma escola que ultrapasse seus muros, reconheça os saberes dos territórios e promova, de forma democrática e inclusiva, o desenvolvimento pleno dos sujeitos.

Palavras-chave: Educação Integral; Territórios Educativos; Currículo Integrado; Intersectorialidade.

Abstract: Integral Full-Time Education is presented as an educational approach that goes beyond extending students' time at school, aiming instead to promote holistic human development across cognitive, social, emotional, physical, ethical, and cultural dimensions. The main findings highlight the need to redesign curricula, pedagogical practices, learning environments, and educational time structures to place students at the center of the learning process. In this perspective, the curriculum functions as a bridge between academic knowledge, students' lived experiences, and the territories in which they are embedded, fostering more meaningful and contextualized learning opportunities. The text also emphasizes that the success of Integral Education depends on strong connections between schools, communities, and intersectoral public policies. By integrating education with health, social assistance, culture, sports, and environmental initiatives, schools can expand learning opportunities, strengthen students' sense of belonging and identity, and promote greater inclusion and equity. As a result, Integral Education supports the development of educational networks that extend beyond school walls, value community knowledge, and contribute to the comprehensive development of students while enhancing the effectiveness of school pedagogical projects.

Keywords: Comprehensive Education; Educational Territories; Integrated Curriculum; Intersectoriality.

Introdução

A Educação Integral em Tempo Integral fundamenta-se no compromisso com a formação humana em suas múltiplas dimensões. Nessa perspectiva, os fundamentos pedagógicos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhecem as singularidades e

diversidades das crianças e dos estudantes, propondo uma educação voltada ao desenvolvimento pleno dos sujeitos. Tal concepção busca superar a fragmentação do conhecimento, valorizando a articulação entre teoria e prática, o protagonismo estudantil e a contextualização das aprendizagens.

Ao assumir a educação integral como princípio orientador, a BNCC compreende o sujeito em sua condição multidimensional, considerando não apenas os aspectos intelectuais, mas também as dimensões social, emocional, física e cultural. Trata-se de reconhecer crianças e estudantes como sujeitos inseridos em diferentes contextos de relações, constituídos por afetos, experiências e trajetórias diversas. Compreender essa complexidade exige o desenvolvimento de processos educativos pautados no pensamento plural, na reflexão histórica e cultural e na busca pela integralidade do ser humano.

Organização curricular, territórios e intersetorialidade na educação integral

A compreensão de educação integral na sua condição multidimensional encontra respaldo na Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. O documento destaca que a proposta educacional da escola em tempo integral deve promover a ampliação dos tempos, dos espaços e das oportunidades educativas, bem como o compartilhamento da responsabilidade de educar e cuidar entre os profissionais da escola, as famílias e os demais atores sociais. O objetivo é contribuir para a melhoria da aprendizagem e da convivência social, além de reduzir as desigualdades no acesso ao conhecimento e aos bens culturais, especialmente entre as populações em situação de maior vulnerabilidade.

Nessa perspectiva, o currículo é concebido como um projeto educativo integrado, capaz de articular atividades de acompanhamento pedagógico, aprofundamento das aprendizagens, pesquisa científica, cultura, artes, esporte, lazer, tecnologias da informação e comunicação, direitos humanos, educação ambiental e promoção da saúde. Essas ações devem dialogar com os componentes curriculares e com as experiências socioculturais dos estudantes, podendo ocorrer tanto nos espaços escolares quanto em outros ambientes da comunidade e da cidade. Para Moll (2012), a Educação Integral exige a reorganização curricular a partir da integração de tempos, espaços, saberes e experiências, rompendo com a

fragmentação disciplinar e promovendo aprendizagens contextualizadas que dialoguem com as necessidades das diferentes infâncias e juventudes presentes na escola.

A Política de Educação Integral em Tempo Integral reforça essa concepção ao estabelecer como finalidade a formação humana em suas múltiplas dimensões e a qualificação dos processos educativos. Seu propósito não se limita à ampliação da jornada escolar, mas à atribuição de novos sentidos à prática pedagógica e à organização curricular. Conforme Gadotti (2009), a Educação Integral não se resume ao aumento do tempo de permanência na escola, mas implica a construção de um currículo integrado, capaz de articular conhecimentos científicos, culturais, artísticos e comunitários em uma perspectiva de formação humana. Nesse contexto, ampliar tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem significa promover experiências educativas significativas que contribuam para o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Entretanto, permanece a preocupação de que a Educação em Tempo Integral se reduza a um simples prolongamento da permanência dos estudantes na escola, transformando-se em um “mais do mesmo”. Tal risco evidencia a importância da perspectiva dos territórios educativos. Um currículo territorializado, que incorpora os conhecimentos, as histórias e as experiências da comunidade, não pode permanecer restrito aos limites físicos da sala de aula.

Arroyo (2012) adverte que ampliar a jornada escolar sem transformar o currículo, as metodologias e as relações pedagógicas significa apenas prolongar um modelo tradicional de ensino, sem garantir uma educação efetivamente integral. Ao contrário, requer a construção de articulações que possibilitem a utilização de diferentes espaços do território como ambientes de aprendizagem. Segundo Moll (2009), os territórios educativos ampliam o conceito de currículo ao reconhecer que os processos formativos acontecem em diferentes espaços sociais e culturais, rompendo com a centralidade exclusiva da sala de aula e valorizando os saberes produzidos na comunidade.

Essa perspectiva implica reconhecer associações comunitárias, praças, parques, quadras esportivas, bibliotecas, centros culturais e demais equipamentos públicos como espaços educativos. Além de ampliar as oportunidades de aprendizagem, essa aproximação fortalece o exercício da cidadania, o direito à cidade e a preservação do meio ambiente. O tempo ampliado na escola deve estar comprometido com a oferta de experiências

diversificadas, capazes de promover o desenvolvimento integral dos estudantes e ampliar suas possibilidades de participação social e cultural.

Nesse sentido, a Educação Integral demanda a ressignificação das concepções de ensino, currículo, tempos e espaços educativos. Exige também uma nova compreensão dos sujeitos, reconhecendo-os como protagonistas de seus processos de aprendizagem e desenvolvimento. Trata-se de pensar em diferentes linguagens, formas de interação e possibilidades de acesso às políticas públicas e aos serviços oferecidos pelo território, favorecendo a formação integral em suas dimensões cognitiva, afetiva, física, social, ética e estética.

Os documentos orientadores da Educação Integral também ressaltam a necessidade de um currículo articulado ao território e comprometido com a qualidade das experiências educativas promovidas. Isso significa superar a lógica de preenchimento do tempo ampliado com atividades desconectadas entre si e investir na construção de práticas pedagógicas que façam sentido para os estudantes. O currículo passa a desempenhar um papel articulador entre as áreas do conhecimento, os territórios e as experiências dos sujeitos, conectando a aprendizagem escolar às vivências sociais e culturais da comunidade.

Nessa direção, Arroyo (2012) defende que o currículo deve partir das experiências concretas dos sujeitos, reconhecendo seus saberes, culturas e modos de vida como elementos constitutivos do processo educativo. Assim, a organização curricular deixa de ser uma sequência rígida de conteúdos para tornar-se um espaço de produção de conhecimentos socialmente significativos. Essa perspectiva aproxima-se da concepção de currículo defendida por José Pacheco (2014), para quem a aprendizagem deve organizar-se em torno de projetos, experiências e problemas reais, favorecendo a participação ativa dos estudantes e a integração entre diferentes áreas do conhecimento.

Reconhecer que a educação ultrapassa os limites da escola constitui um passo fundamental para colocar os sujeitos no centro do processo educativo. Essa compreensão contribui para tornar a Proposta Político-Pedagógica das instituições mais orgânica e conectada às realidades locais, demandando a reorganização dos tempos e espaços escolares e a valorização da escola como espaço de convivência, produção cultural e construção de identidades.

Mobilizar currículos que reconheçam os territórios como potências educativas exige uma decisão coletiva e um compromisso efetivo com a

formação integral dos estudantes. Nesse contexto, os Projetos Político-Pedagógicos passam a incorporar redes educativas constituídas pelos diferentes atores presentes no território. Esse movimento representa um dos grandes desafios para as instituições escolares, especialmente diante da persistência de concepções que atribuem à escola o monopólio do conhecimento e dificultam a construção de práticas curriculares mais abertas, integradas e participativas.

A Proposta Político-Pedagógica deve, portanto, articular conhecimentos científicos, arte, cultura, memória, imaginação, corporeidade, ética, trabalho, valores, sentimentos, expectativas e desejos. Deve, sobretudo, garantir a participação ativa das crianças e dos estudantes, reconhecendo suas vozes, experiências e saberes como elementos constitutivos do processo educativo. Nesse contexto, tanto os projetos permanentes quanto os projetos itinerantes podem contribuir para dar visibilidade aos conhecimentos produzidos pela comunidade e fortalecer a articulação entre os saberes locais e o conhecimento formal.

A intersetorialidade constitui outro elemento fundamental para a efetivação da Educação Integral. A articulação entre Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte e Meio Ambiente amplia as possibilidades de garantia de direitos e fortalece as condições necessárias para que os estudantes permaneçam e participem de forma significativa das experiências educativas. Ao conectar a experiência social com a aprendizagem escolar e transformar a escola, o bairro e a cidade em territórios educativos, fortalece-se o sentimento de pertencimento e identidade dos sujeitos. Para Gadotti (2013), a intersetorialidade constitui um dos pilares da Educação Integral, pois possibilita que diferentes políticas públicas atuem de forma articulada na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, fortalecendo a aprendizagem e o desenvolvimento integral.

Além de espaço privilegiado de aprendizagem, a escola é também um espaço essencial de convivência. Nela, desenvolvem-se relações, constroem-se vínculos e aprendem-se formas de interação com a diversidade. Questões como solidão, ansiedade, medo, violência doméstica e outras situações de vulnerabilidade evidenciam que os fatores sociais influenciam diretamente os processos de desenvolvimento e aprendizagem. Por essa razão, torna-se fundamental a implementação de políticas públicas voltadas à prevenção da violência escolar, baseadas na formação dos diferentes atores envolvidos, na realização de diagnósticos coletivos e na participação ativa dos estudantes na construção de soluções para os desafios da convivência.

Nessa mesma direção, a Educação Integral e a Educação Inclusiva revelam-se indissociáveis. Uma educação inclusiva é necessariamente integral, assim como uma educação integral é necessariamente inclusiva. As diretrizes e os marcos normativos nacionais sustentam a importância da reflexão e da ação colaborativa nos territórios como estratégias potentes para a construção de uma educação comprometida com a inclusão de todos os sujeitos. Assim, a Educação Integral e Inclusiva ultrapassa os limites da escola e atua como indutora da formulação de políticas públicas intersetoriais capazes de ressignificar as vivências dos estudantes e de suas famílias.

O desenvolvimento humano depende das experiências vividas nos contextos sociais em que os sujeitos estão inseridos. O contato com diferentes linguagens, ferramentas culturais, valores, hábitos e formas de expressão constitui elemento fundamental para a aprendizagem. Nesse sentido, é imprescindível garantir práticas que possibilitem a vivência das diversas manifestações artísticas, como desenho, pintura, música, dança, fotografia e cerâmica, favorecendo a ampliação dos repertórios culturais e das formas de expressão dos estudantes.

A conversa, a escuta e a valorização das experiências das diversas infâncias também se apresentam como dimensões centrais dessa proposta educativa. Em uma sociedade marcada pela redução progressiva da autonomia das crianças e pelas consequências da violência urbana, torna-se necessário construir redes de apoio e parcerias que possibilitem a reocupação dos espaços públicos pelas infâncias, importante movimento de garantia de direitos, fortalecimento da convivência e ampliação das experiências educativas.

Considerações finais

Ao refletir sobre os princípios da Educação Integral em Tempo Integral, torna-se evidente a importância de ressignificar o olhar para os territórios, especialmente para os espaços localizados no entorno das escolas. Essa perspectiva amplia as possibilidades de ação dos Projetos Político-Pedagógicos e fortalece a compreensão de que a aprendizagem acontece em múltiplos contextos. Mais do que ampliar a jornada escolar, a Educação Integral propõe uma transformação na forma de compreender a educação, reconhecendo a escola, a comunidade, a cidade, o campo e a floresta

como espaços legítimos de aprendizagem, convivência e desenvolvimento humano.

Essa concepção retoma os princípios defendidos por Anísio Teixeira (1959), que compreendia a escola de tempo integral como espaço de formação ampla, articulando educação intelectual, artística, física, cultural e social, em permanente diálogo com a comunidade. O grande desafio consiste em construir uma escola que ultrapasse seus muros, reconheça os saberes presentes nos territórios e promova, de maneira articulada, inclusiva e democrática, o desenvolvimento pleno de todos os sujeitos.

Referências

ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2013.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2013.

MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

MOLL, Jaqueline. **Educação Integral: texto referência para o debate nacional**. Brasília: MEC, 2009.

PACHECO, José. **Aprender em Comunidade**. São Paulo: SM, 2014.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.